Fasul Educacional EaD
Rua Dr. Melo Viana, nº. 75 - Centro - Tel.: (35) 3332-4560
CEP: 37470-000 - São Lourenço - MG

FASUL EDUCACIONAL
(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

PERÍCIA SOCIAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PERÍCIA SOCIAL

DISCIPLINA:
DIREITOS HUMANOS

RESUMO

Vamos aos estudos sobre os Direitos Humanos, uma temática que é, ao mesmo tempo, muito comentada no senso comum e pouco compreendida em sua essência e extensão. Para tentar compreendê-la melhor, abordaremos de forma geral o sistema universal de proteção aos Direitos Humanos, discutindo o conjunto de instrumentos legais – nacionais e internacionais – órgãos, competências e procedimentos voltados à garantia desses direitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA GLOBAL
O CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS
O SISTEMA CONVENCIONAL E OS COMITÊS TEMÁTICOS
MECANISMOS CONVENCIONAIS NÃO CONTENCIOSOS

AULA 2
SISTEMA EUROPEU DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS
DOCUMENTOS ADOTADOS PELO CONSELHO DA EUROPA
ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS
MECANISMOS DO SISTEMA EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS

AULA 3
SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS
CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E O DUPLO REGIME
DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS
ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE
PREVENÇÃO E PUNIÇÃO CONTRA A TORTURA

AULA 4
CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA
CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS
COMPETÊNCIA E MECANISMOS DE ACESSO À COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
COMPETÊNCIA E MECANISMOS DE ACESSO À CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

AULA 5
BREVE HISTÓRICO E PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO
COMISSÃO AFRICANA DE DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS
MECANISMOS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DA COMISSÃO AFRICANA
CORTE AFRICANA DE DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS
DIREITO DOS POVOS E O SISTEMA AFRICANO

AULA 6

DIREITOS HUMANOS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
HIERARQUIA CONSTITUCIONAL DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS
CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE
CONSTITUCIONALISMO GLOBAL
DIÁLOGOS DE DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.
- FACHIN, M. G. (Org.). Guia de proteção dos direitos humanos. Curitiba: InterSaberes, 2019.
- ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm.

DISCIPLINA:
ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

RESUMO

Tanto a ética quanto a moral são construções históricas e que foram, ao longo de nossa história, compreendidas de forma diferente, perpassando sobre elas questões religiosas, econômicas, tipos de Estado e tantos outros fatores que influenciaram e influenciam ainda a noção de ética e moral, assim como do que é ético e do que é moral na sociedade. Compreender como essas noções foram se moldando ao longo do tempo é fundamental para termos uma posição crítica acerca da questão ética nos dias de hoje. Jamais podemos afirmar que o que está no senso comum é algo que não tem valor ou que não é verdadeiro, pois ele surge da cultura e das relações sociais e nele estão contidos valiosos saberes populares que não podem ser desconsiderados. Porém, para pensar a ética e a ética profissional é necessário ultrapassar o senso comum, tendo uma atitude filosófica. Marilena Chauí (2000) afirma que ter atitude filosófica é ter uma atitude crítica sobre o mundo, é construir um saber teórico, crítico, desmistificador e criativo, diferentemente do senso comum. É não se contentar com o que está aparente e procurar a essência das coisas. Essa atitude é fundamental para que o profissional tenha discernimento durante a sua atuação, para escolher o caminho da ética vigente dentro da profissão e tomar as decisões pautadas nos princípios que norteiam o projeto ético-político dos assistentes sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
NOÇÕES INICIAIS SOBRE ÉTICA E MORAL - PARTE UM
NOÇÕES INICIAIS SOBRE ÉTICA E MORAL - PARTE DOIS
QUESTÃO DA ÉTICA, DA LIBERDADE, DA MORAL E DA AUTONOMIA NA HISTÓRIA - PARTE UM
QUESTÃO DA ÉTICA, DA LIBERDADE, DA MORAL E DA AUTONOMIA NA HISTÓRIA - PARTE DOIS
FORMAÇÃO DO ETHOS PROFISSIONAL E ÉTICA NAS PROFISSÕES

AULA 2
ONTOLOGIA DO SER SOCIAL
LIBERDADE E PRÁXIS O ETHOS BURGUÊS X O ETHOS REVOLUCIONÁRIO
OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL
OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL
BASES HISTÓRICAS E CONTEXTO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993

AULA 3
PROJETOS SOCIETÁRIOS E PROJETOS PROFISSIONAIS

O QUE É UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO?
DEONTOLOGIA E TELEOLOGIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
VALORES NUCLEARES DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO LIBERAL

AULA 4
LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL
CONJUNTO CFESS/CRESS: COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL (PARTE 1)
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL (PARTE 2)
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: DISPOSIÇÕES GERAIS

AULA 5
DIREITOS GERAIS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS
DEVERES E VEDAÇÕES GERAIS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS
DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 1)
DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 2)
DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 3)

AULA 6
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL: A QUESTÃO DO SIGILO PROFISSIONAL
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL: PENALIDADES E DISPOSIÇÕES FINAIS
OUTRAS NORMATIVAS DO CONJUNTO CRESS/CFESS
A RELATIVA AUTONOMIA NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL
DILEMAS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS NO SERVIÇO SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- BARROCO, M. L. S. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e serviço social. In: BONETTI, D. A.; VINAGRE, M.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (Org.). Serviço social e etica: convite a uma nova práxis. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- CARDOSO, P. F. G. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.
- NETTO, J. P. Crise, socialismo e democracia. In: BONETTI, D. A.; VINAGRE, M.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DISCIPLINA:
DEMOCRACIA, CIDADANIA E SOCIEDADE CIVIL

RESUMO

Em tempos sombrios de intolerância e autoritarismo, como os que vivemos na atualidade, falar sobre democracia é uma tarefa urgente e necessária. Precisamos tornar esse assunto vivo no cotidiano das pessoas, provocar leituras, debates e reflexões no intuito de resgatar os valores que embasam a vida democrática como igualdade, liberdade e participação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
UM POUCO DE HISTÓRIA...
DEMOCRACIA: IGUALDADE OU EQUIDADE
OS FATORES HISTÓRICOS QUE AJUDARAM A FORTALECER A DEMOCRACIA
VIDA SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A CONTRIBUIÇÃO DE HABERMAS E A DEMOCRACIA COMO MODELO NORMATIVO

AULA 2
MAS O QUE SIGNIFICA SER CIDADÃO?
A CIDADANIA COMO AFIRMAÇÃO DE DIREITOS, SEGUNDO MARSHALL
CIDADANIA E DESIGUALDADE SOCIAL
MERITOCRACIA, MITO OU REALIDADE?
DIREITOS HUMANOS E OS NOVOS SUJEITOS DE DIREITO

AULA 3
COMO NASCE A SOCIEDADE?
MAS O QUE É A SOCIEDADE CIVIL?
A VIDA SOCIAL E A AUTONOMIA DOS INDIVÍDUOS
AS DUAS ÚLTIMAS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA MORAL
A SOCIEDADE CIVIL EMANCIPADA

AULA 4
O PATRIMONIALISMO NA CULTURA SOCIAL BRASILEIRA
NÃO EXISTE DEMOCRACIA SEM SOCIEDADE CIVIL
AS POSSIBILIDADES NORMATIVAS DA VIDA DEMOCRÁTICA
EM QUE CONSISTE UM IDEAL REPUBLICANO?

AULA 5
OS PRIMEIROS PASSOS DA CIDADANIA NO BRASIL
A ERA VARGAS E AS DITADURAS NO BRASIL
O BRASIL NO GOVERNO DOS MILITARES
A CIDADANIA NA NOVA REPÚBLICA E A CONSTITUINTE DE 1988
AS REFORMAS NO ESTADO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

AULA 6
A INTERSUBJETIVIDADE NAS RELAÇÕES PRIMÁRIAS: A PRIMEIRA FASE DO RECONHECIMENTO
O AUTORRESPEITO COMO FORMA DE RECONHECIMENTO NA ESFERA JURÍDICA
A FALTA DE RECONHECIMENTO E A INVISIBILIDADE SOCIAL
MOVIMENTOS SOCIAIS E A CIDADANIA COMO UM CAMPO EM DISPUTA
O ERRO DE CRIMINALIZAR E REPRIMIR OS MOVIMENTOS SOCIAIS

BIBLIOGRAFIAS

- BOTTOMORE, T. OUTHWAITE, W. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- BERAS, C. Democracia, cidadania e sociedade civil. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- PERISSINOTTO, R. M. As elites políticas: questões de teoria e método. Curitiba: InterSaberes, 2009.

DISCIPLINA:
POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESUMO

Abordaremos, aqui, o conceito de política pública, com destaque em sua flexibilidade, nas mudanças que ela sofre em cada contexto e nas tensões que envolvem seu processo de criação e efetivação.Trataremos da relação entre as políticas públicas e os direitos sociais, reforçando a compreensão do significado de direito social e sua função na construção da cidadania. Conheceremos, também, com maior detalhamento, os conceitos de “assistência social” e “seguridade social”, desconstruindo equívocos no emprego inadequado desses temas no trato das relações sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
POLÍTICA PÚBLICA
POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS SOCIAIS
ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEGURIDADE SOCIAL
DIVERSIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ESPAÇOS E NO TEMPO

AULA 2
ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTENDIDA COMO DIREITO
DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO
ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA
DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS (PARTE 01)
DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS (PARTE 02)

AULA 3
ASSISTÊNCIA SOCIAL, CARIDADE E FILANTROPIA
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO GETÚLIO VARGAS
CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CNSS
ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITO CONQUISTADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
LOAS E NOBS (LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NORMAS OPERACIONAIS BÁSICAS)

AULA 4
OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA LOAS
PÚBLICO ALVO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROGRAMAS E PROJETOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

AULA 5
RECONHECIMENTO LEGAL DO SUAS
OBJETIVOS DO SUAS
PROTEÇÕES E COMPLEXIDADES NO SUAS
CONTROLE SOCIAL NO SUAS
PÚBLICO E PRIVADO NO SUAS

AULA 6
SERVIÇO SOCIAL E ATENDIMENTO NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
SERVIÇO SOCIAL E ATENDIMENTO NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE
SERVIÇO SOCIAL E ATENDIMENTO NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
SERVIÇO SOCIAL E A GESTÃO DO SUAS
SERVIÇO SOCIAL, CONTROLE SOCIAL E DEFESA DE DIREITOS NO SUAS

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- QUEIROZ, R. B. Formação e gestão de políticas públicas. Curitiba: Intersaberes, 2013.
- VIANNA, M. L. T. W. O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (Org.). Política Social e democracia. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DISCIPLINA:
QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

RESUMO

O termo "questão social" é muito utilizado no âmbito do Serviço Social, tanto no que diz respeito a bibliografia da profissão quanto no dia a dia da atuação profissional, isso porque a questão social é o objeto de estudo e intervenção do Serviço Social. Por isso é muito importante compreender essa temática em todos os seus domínios (acadêmico, atuação técnica, congressos, entre outros). Sendo assim, com base em alguns referenciais teóricos, vamos abordar o conceito da questão social e as primeiras formas de intervenção e enfrentamento dessa expressão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
CONTEXTUALIZANDO A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL
O SURGIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA
A REFORMULAÇÃO DA LEI DOS POBRES
CONCEITOS DE QUESTÃO SOCIAL
A QUESTÃO SOCIAL NO SÉCULO XX

AULA 2
QUESTÃO SOCIAL E O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ASSISTENTES SOCIAIS
A PROFISSIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
A ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO
A VINCULAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL COM O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL
A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DO SERVIÇO SOCIAL

AULA 3
O PERÍODO ESCRAVOCRATA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL
HERANÇAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL
SERVIÇO SOCIAL E FILANTROPIA
A FILANTROPIA E O TRATO À QUESTÃO SOCIAL DE 1930 A 1945
A LBA E A ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

AULA 4
A NOÇÃO HEGEMÔNICA DE TERCEIRO SETOR
TERCEIRO SETOR E A NOVA FORMA DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL
SOBRE A (DES)RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO COM A QUESTÃO SOCIAL
A REDUÇÃO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA QUESTÃO SOCIAL
REFLEXÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS DO TERCEIRO SETOR NO SERVIÇO SOCIAL

AULA 5
QUESTÃO SOCIAL: A PARTICULARIDADE NO CAPITALISMO BRASILEIRO
FLEXIBILIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: O DESEMPREGO
CAPITALISMO MONOPOLISTA E QUESTÃO SOCIAL
A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL E A QUESTÃO SOCIAL

AULA 6
POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO LIBERAL CLÁSSICA
POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA
A QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO
QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE
QUESTÃO SOCIAL: OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo. Cortez, 2010.
- PEREIRA, P. A. Política Social: temas e questões. Editora Cortez, São Paulo, 2015.
- IMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

DISCIPLINA:
SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESUMO

Os objetivos deste material são: adentrar os direitos da criança e do adolescente implica refletir sobre o que isso significa, visto que, constantemente, autores que compõem a rede de proteção de crianças e adolescentes fazem referência a esses direitos. Pensar nos direitos de crianças e adolescentes consiste em entender a fonte dessa constituição de direitos, como eles se fundamentam e quais os princípios fundamentais dessas garantias. É sobre isso que vamos tratar em nossas aulas, para entender essa concepção, seus eixos e diferenciações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
DETALHANDO CADA PRINCÍPIO FUNDAMENTAL
DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM O DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – CONCEITO FUNDAMENTAL E ATUAÇÃO EM REDE
A GARANTIA DE DIREITOS E A LEI N. 13.431/2017

AULA 2
COMPOSIÇÃO DOS ATORES
UMA TEIA DE COMUNICAÇÃO PERMANENTE: REDE
RESPONSABILIDADES DOS ATORES
DESAFIOS DOS ATORES NO CAMPO DE ATUAÇÃO

AULA 3
CONTROLE SOCIAL
A DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A QUEM COMPETE
ORÇAMENTO OU CICLO ORÇAMENTÁRIO: É POSSÍVEL AOS ATORES DO SGD?
DIREITOS HUMANOS EM DISCUSSÃO NOS EIXOS ESTRATÉGICOS

AULA 4
AS CONFERÊNCIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O SISTEMA
PERCURSOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

AULA 5
INTERSETORIALIDADE
AGREGANDO CONCEITOS: INTERDISCIPLINARIEDADE E INTERSETORIALIDADE
UMA REDE EM CONSTRUÇÃO
REDE DE ATENDIMENTO OU REDE DE PROTEÇÃO?

AULA 6
DETALHANDO O DECRETO N. 6.231, DE 2007
PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA AMEAÇADA DE MORTE
TIPOS DE AMEAÇA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
REVENDO CONCEITOS SOBRE A PROTEÇÃO INTEGRAL: CONSEGUIMOS

GARANTIR?

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 4 abr. 2017.
- DIGIÁCOMO, M.; DIGIÁCOMO, E. Comentários à Lei n. 13.431/2017. Curitiba: MPPR/CAOPCAE, 2018.
- MPPR – Ministério Público do Paraná. Rede Marista de Solidariedade. Tecendo redes: fortalecimento das redes de proteção. Curitiba, 2014

DISCIPLINA:
PERÍCIAS CRIMINAIS

RESUMO

Este material veio para suprir uma lacuna e atender esta necessidade em um mercado carente de profissionais habilitados e qualificados para exercerem atividades investigativas. No caso, esta disciplina torna-se fundamental, pois ela auxilia ao aluno a compreender detalhes que possam lhe auxiliar numa investigação, tanto para executá-la quanto para complementá-la.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
PERÍCIA CRIMINAL E A CRIMINALÍSTICA
PROVA
CONCEITO DE LOCAL DE CRIME, ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO
DIVISÃO DOS LOCAIS DE CRIME
TIPOS DE LOCAIS DE CRIMES

AULA 2
O PROCESSO PAPILOSCÓPICO
A PAPILOSCOPIA COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO
A ESTRUTURA DA PELE E A FORMAÇÃO DIGITAL
DA COLETA NA CENA DO CRIME AO LAUDO PERICIAL
LEGISLAÇÃO ATUAL NA IDENTIFICAÇÃO

AULA 3
NOÇÕES DE GRAFOTECNIA E AS LEIS DO GRAFISMO
CONCEITO DE ESCRITA E DOCUMENTO E AS SUAS CARACTERÍSTICAS
FRAUDES COM DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E IMAGENS
CHEQUES E OS PRINCIPAIS GOLPES COM DOCUMENTOS
IDENTIFICAÇÃO DE MOEDA FALSA: REAL

AULA 4
TANATOLOGIA
TRAUMATOLOGIA
ASFIXIOLOGIA
TOXICOLOGIA
SEXOLOGIA

AULA 5
O SISTEMA RENAVAM
NOÇÕES BÁSICAS SOBRE LIGAS METÁLICAS
S PRINCIPAIS TIPOS DE ADULTERAÇÕES EM VEÍCULOS
VISTORIA E INSPEÇÃO
O LAUDO PERICIAL CRIMINAL

AULA 6
A CLASSIFICAÇÃO DAS ARMAS
A CLASSIFICAÇÃO DOS CALIBRES
OS TIPOS DE MUNIÇÕES EXISTENTES NO BRASIL
EXAME DE EFICIÊNCIA EM ARMAS E MUNIÇÕES
O EXAME DE CONFRONTO BALÍSTICO E O LAUDO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Diário Oficial da União: Poder Executivo, Rio de Janeiro, 13 out. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm.
- LIPINSKI, A. C. Crime Organizado e a Prova Penal. Curitiba: Juruá, 2011.
- _____. Resumo de Processo Penal. Curitiba: Juruá, 2011.

DISCIPLINA:
DIREITO CONSTITUCIONAL

RESUMO

O Estado é criado pela sociedade, para administrá-la e gerir seus interesses. Portanto, e no entendimento de Hack (2012, p. 20): O Estado é uma decorrência da sociedade, que o cria como um ente que tem a função de manter a ordem. Para cumprir com seus objetivos, o Estado recebe uma serie de prerrogativas, dentre as quais a mais importante é o monopólio da força. O Estado determina, pois, o Direito, iniciando pela elaboração de uma constituição, e em seguida pela definição de todo o ordenamento jurídico que a ela deverá obediência. Para que possa desempenhar seu poder, que é uno, o Estado o divide em três funções, que são a função executiva, a legislativa e a judiciária, funções estas também denominadas de poderes, assim afirmados em nossa Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988): “Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, aplicando ao mesmo tempo o princípio da separação dos poderes e o sistema de pesos e contrapesos checks and balances. Assim, por mais que cada poder seja independente, ele não é absoluto, pois os demais têm a prerrogativa de conter os abusos que eventualmente sejam cometidos pelo outro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA1
O ESTADO
A CONSTITUIÇÃO E O DIREITO CONSTITUCIONAL
CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES
APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS
PODER CONSTITUINTE

AULA 2
HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS
PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PRIMEIRAS CONSTITUIÇÕES
CONSTITUIÇÕES DE 1946, 1967 E 1969

AULA 3
PRINCÍPIOS DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL E DA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS
PRINCÍPIOS DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS E DA NÃO INTERVENÇÃO
PRINCÍPIOS DA IGUALDADE ENTRE OS ESTADOS E DA DEFESA DA PAZ
PRINCÍPIOS DA SOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS E DO REPÚDIO AO TERRORISMO E AO RACISMO

PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS PARA O PROGRESSO DA HUMANIDADE E DA CONCESSÃO DE ASILO POLÍTICO

AULA 4
INCISOS I, II E III
INCISOS VI, XIII E XVII
INCISOS XVIII, XX E XXIII
INCISOS XXIV, XXVI E XXIX
INCISOS XXX, XXXI E XXXIII

AULA 5
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA
PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA MORALIDADE
PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E DA EFICIÊNCIA

AULA 6
PRINCÍPIO DA ESTRITA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA
PRINCÍPIO DA IGUALDADE TRIBUTÁRIA
PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA E DA VEDAÇÃO AO CONFISCO
PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA
PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL

BIBLIOGRAFIAS

- ALCANTARA, S. VENERAL, D. Direito aplicado. 4.ed. Curitiba: InterSaberes, 2023.
- MORAES, A. Direito constitucional. 38. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- SILVA, J. Curso de direito constitucional positivo. 44. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.

DISCIPLINA:
PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

RESUMO

Nesta disciplina serão abordados os seguintes conteúdos: concepções da pesquisa no contexto das ciências sociais; debates teórico-metodológicos; a particularidade da pesquisa em serviço social; a undamentação teórico-metodológico para elaboração dos projetos de pesquisa organicamente vinculados à prática profissional; a articulação com a investigação/intervenção em serviço social; a investigação como dimensão constitutiva do trabalho do Assistente Social e a produção do conhecimento; a construção do Objeto de Intervenção e a elaboração e análise de indicadores socioeconômicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
O QUE É CONHECIMENTO?
A CIÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO
O CONHECIMENTO CIENTÍFICO
O MÉTODO CIENTÍFICO
ELEMENTOS DO MÉTODO CIENTÍFICO

AULA 2
METODOLOGIA DE PESQUISA
O POSITIVISMO
A FENOMENOLOGIA
MARXISMO
AS CATEGORIAS E AS LEIS DA DIALÉTICA

AULA 3
PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL
ELEMENTOS DA PESQUISA E O SERVIÇO SOCIAL
A COMPREENSÃO DA REALIDADE E AS DEMANDAS DA PRÁTICA PROFISSIONAL
O ALCANCE SOCIAL DA PESQUISA DESENVOLVIDA PELO SERVIÇO SOCIAL
PESQUISA COMO INSTRUMENTO MEDIADOR SUJEITO-OBJETO

AULA 4
A CENTRALIDADE DA PESQUISA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL
ATITUDE INVESTIGATIVA E ATITUDE INTERVENTIVA DA PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL
A PESQUISA E O COTIDIANO: CONHECER PARA INTERVIR
A PESQUISA E A INTERDISCIPLINARIDADE

AULA 5
FALANDO DE ÉTICA NA PESQUISA
A PESQUISA QUALITATIVA E A PESQUISA QUANTITATIVA
CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA
OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS PARA DESENVOLVER A PESQUISA
A CONSTRUÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DE PESQUISA: PRIMEIROS PASSOS DO PROJETO

AULA 6
O PROJETO DE PESQUISA
AS ETAPAS DO PROJETO DE PESQUISA
POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM DE PESQUISA
A COLETA DE DADOS E OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA
APRESENTANDO, INTERPRETANDO E ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA

BIBLIOGRAFIAS

- BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no serviço social. São Paulo: Veras, 2008.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- O QUE é método científico? Livre Pensamento, 10 maio 2016. Disponível em: https://livrepensamento.com/2016/05/10/o-que-e-metodo-cientifico/.

DISCIPLINA:
ASSESSORIA EXECUTIVA

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos as principais funções que envolvem a assessoria, fazendo uma analogia com as funções que embasam o processo gerencial: planejar, organizar, dirigir e controlar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
PLANEJAR
ORGANIZAR
DIRIGIR
CONTROLAR

AULA 2
ÁREA DE ATUAÇÃO: PÚBLICO E PRIVADO

ÁREA DE ATUAÇÃO: RAMOS
CONSULTORIA
NOVOS NICHOS

AULA 3
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DO TEMPO
GESTÃO DE RECURSOS
GESTÃO DE PESSOAS

AULA 4
VALORES
CRENÇAS
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL
INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL

AULA 5
COMUNICAÇÃO VERBAL E NÃO VERBAL
COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA
RAPPORT
EMPATIA

AULA 6
O QUE SÃO OS SISTEMAS REPRESENTACIONAIS
SISTEMA REPRESENTACIONAIS
LINGUAGENS DO AMOR
TESTE AS CINCO LINGUAGENS DO AMOR

BIBLIOGRAFIAS

- ASSESSORIA. Dicio. Disponível em: https://www.dicio.com.br/assessoria/.
- CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.
- LACOMBE, F. J. M. Teoria geral da administração. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA:
NOÇÕES DE PROCESSO CIVIL E NOÇÕES DE PROCESSO PENAL

RESUMO

Nesta abordagem, desenvolveremos alguns conhecimentos processuais necessários para posterior aprofundamento nas áreas civel e penal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1 Á AULA 6
VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

DISCIPLINA:
ASSESSORIA, CONSULTORIA E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

RESUMO

Esta disciplina procura apresentar o conceito de assessoria e consultoria e compreender a aplicação destes conceitos. Serão consideradas as especificidades que cabem a esses dois principais conceitos e abordadas, principalmente, suas convergências. As explicações compreenderão aspectos teóricos e exemplos práticos, de modo a orientar de forma mais precisa a apreensão do conteúdo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
O QUE É ASSESSORIA?
PERFIL DO ASSESSOR
DEMANDAS PARA ASSESSORIA
APRIMORAMENTO E CONHECIMENTO DA REALIDADE
PROMOÇÃO DA AUTONOMIA

AULA 2
O QUE SÃO PROJETOS?
O QUE SÃO PROGRAMAS?
O QUE SÃO POLÍTICAS?
SIMILARIDADES E DISTINÇÕES ENTRE PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS
ELABORAÇÃO DE PROJETOS E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO

AULA 3
IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
AVALIANDO PROCESSOS, RESULTADOS E IMPACTOS
EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE
OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO NA ÁREA SOCIAL

AULA 4
O QUE SÃO INDICADORES?
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E AVALIAÇÃO QUALITATIVA
A IMPORTÂNCIA DE SE ESTABELECER UM MARCO ZERO
EXECUÇÃO DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

AULA 5
ELABORAÇÃO
IMPLEMENTAÇÃO
GESTÃO
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ASPECTOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA RELACIONADOS A INICIATIVAS DE FOMENTO

AULA 6
ASSESSORIA E CONSULTORIA COMO CAMPOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DIFERENCIAIS DA ASSESSORIA E CONSULTORIA REALIZADAS PELO SERVIÇO SOCIAL
INTENCIONALIDADE NA PRÁTICA DA ASSESSORIA POR ASSISTENTES SOCIAIS
QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E APRIMORAMENTO INTELECTUAL

BIBLIOGRAFIAS

- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- OLIVEIRA, A. G. de. Assessoria e Serviço Social: a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Faculdade de Serviço Social da UERJ. In: BRAVO, M.
- I. S. MATOS, M. C. de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 109-140.